



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ - CONCIDADES/CE ATA DA 18ª REUNIÃO DO ORDINÁRIA

1 LOCAL, DATA E HORA: Auditório dos Inhamuns - Secretaria do Planejamento e
2 Gestão do Estado do Ceará, localizada à Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n,
3 Cambéa, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará; Ao décimo-sexto dia do mês de junho,
4 do ano de dois mil e quatorze, às 13h30min, com a presença da maioria simples dos
5 membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do Ceará - ConCidades/CE, sob a
6 presidência do Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do ConCidades/CE, Sr.
7 Mário Fracalossi Júnior. PAUTA: 1) Abertura, Informes e Aprovação: Pauta; Ata da 17ª
8 Reunião; e Resolução Administrativa 01/2014; 2) Apresentação: Minha Casa Minha Vida I
9 e II - Resultados obtidos no Ceará; 3) Comitês Técnicos - Planos de Ação e outras
10 orientações; 4) Apresentação do balanço dos Seminários Regionais realizados para Criação
11 Conselhos Municipais; 5) Eleição da Instituição do segmento Movimentos Sociais e
12 Populares que ocupará a vaga de SUPLENTE no ConCidades; 6) Fundo de
13 Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri - FDMC; e Fundo de
14 Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza - FDM. PARTICIPANTES:
15 Conselheiros do ConCidades, titulares e suplentes, representando os segmentos Poder
16 Público Executivo; Poder Público Legislativo; Movimentos Sociais e Populares; Entidades
17 de Trabalhadores; Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e Organizações Não
18 Governamentais, além de convidados e ouvintes, conforme registrado nas respectivas listas
19 de frequência. O Sr. **Francisco Lopes, Secretário Executivo do ConCidades**, procedeu à
20 abertura da reunião, submetendo, em seguida, à aprovação dos presentes a Pauta prevista
21 para o encontro, comentando cada um dos itens que a cumpunham, tendo a mesma sido
22 aprovada por unanimidade. Relativamente à Ata da 17ª reunião, distribuída previamente a
23 todos os conselheiros para leitura, solicitou ao plenário que se manifestasse quanto a sua
24 aprovação, ressaltando ser aquele o momento para demandar qualquer ajuste julgado
25 pertinente. Apresentou-se, então, a Sra. **Ana Valéria Moraes, conselheira suplente,**
26 **representante da FACEDS/Aracati**, que relativamente à apresentação feita pelo Dr. Cyro
27 Régis, coordenador do Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana, na última reunião,
28 pediu que o tópico "acelerar a construção da ponte da BR-304, no Aracati...", relacionado
29 no Eixo A, fosse acrescido, da informação "e a construção de equipamentos, passarelas,
30 rotatórias e acostamento.", como forma de tornar aquela proposição mais clara, tendo o
31 plenário se manifestado favoravelmente à aprovação da Ata da 17ª reunião, respeitado o
32 destaque apresentado. Retomando a palavra, o Sr. Francisco Lopes resolveu antecipar o
33 assunto do terceiro ponto da pauta e informou que, relativamente ao tópico "Comitês
34 Técnicos - Planos de Ação e outras orientações", gostaria apenas de lembrar aos
35 Coordenadores dos quatro Comitês Técnicos do ConCidades, a importância de prepararem
36 e apresentarem os seus respectivos planos de ação, enfatizando que as ideias apresentadas



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

37 pelos Comitês, na última reunião, deveriam ser traduzidas em ações a serem executadas,
38 indicando para cada uma o responsável pela execução e o respectivo prazo de cumprimento.
39 Na sequência, o **Sr. Hércules Lopes, conselheiro titular, representante da UNMP**, pediu
40 a palavra para reforçar o que o Sr. Francisco Lopes acabara de colocar, ressaltando que o
41 assunto tinha sido debatido na última reunião da Coordenação Executiva do ConCidades,
42 da qual fazia parte, e que aquele tinha sido um dos encaminhamentos tirados daquela
43 reunião. Avançando para o segundo ponto da pauta, a palavra foi passada ao **Sr. George**
44 **Killian Gress, da Superintendência Regional de Fortaleza, da CAIXA, conselheiro**
45 **titular**, o qual informou aos presentes que, juntamente com o **Sr. Marcelo Rodrigues,**
46 **também da CAIXA, conselheiro suplente**, dividiria a apresentação em duas partes, sendo
47 a primeira o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, que ele mesmo apresentaria, e
48 a segunda o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, a ser apresentada pelo Sr.
49 Marcelo. Na primeira parte da apresentação, além do objetivo do programa e dos
50 dispositivos legais que o regulamentam, foram abordados, entre outros aspectos, o público a
51 ser atendido e os condicionantes para atendimento; os possíveis parceiros; o fluxo completo
52 do programa; os critérios de seleção dos proponentes beneficiários; as modalidades de
53 utilização do programa; os regimes de construção e o panorama geral, atual, em relação a
54 esse tópico, e, finalmente, as garantias aplicadas, tendo o Sr. Gress, durante sua
55 apresentação, prestado todos os esclarecimentos e informações adicionais solicitadas pelos
56 presentes, quanto ao tema por ele abordado. Após a participação do Sr. Gress, o Secretário
57 Executivo do ConCidades, Francisco Lopes, a respeito do terceiro tópico da pauta, sobre o
58 qual houvera ressaltado, anteriormente, a importância de os Comitês Técnicos
59 providenciarem a elaboração de seus respectivos Planos de Ação, propôs aos presentes que,
60 em razão do avançado da hora, referido tópico fosse tratado em ocasião posterior, com o
61 que todos concordaram. Na segunda parte da apresentação da CAIXA, feita pelo **Sr.**
62 **Marcelo Rodrigues**, o tema foi o PNHR, programa no qual o Ministério das Cidades atua
63 como Gestor e a Caixa Econômica Federal como Agente Operador e Financeiro. O Sr.
64 Marcelo discorreu sobre o tema, informando e prestando todos os esclarecimentos
65 solicitados pelos participantes do encontro, à medida que avançava na apresentação,
66 contemplando, esta, informações sobre o público ao qual se destinava o programa; as
67 condições do programa e os custos para o beneficiário; os imóveis que poderiam ser
68 utilizados; o regime de construção; e como acontecia a antecipação das parcelas, em cada
69 etapa. Por fim, falou das etapas do trabalho técnico social a serem cumpridas e apresentou
70 um roteiro com todos os passos a serem dados, desde a apresentação da proposta, até a
71 contratação e início das obras. Finda a apresentação, algumas colocações foram feitas pelos
72 presentes, como a do **Sr. José Ivan de Oliveira, conselheiro suplente, representante da**
73 **FECOMB**, que demandou a disponibilização de informações mais atualizadas e mais
74 precisas, por exemplo, de como estava o caminhar do programa em cada município, quem
75 havia contratado, quantas unidades já haviam sido construídas e quantas já haviam sido
76 entregues. A **Sra. Antônia Luzanira Lima, conselheira suplente, representante da**



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

77 **Federação das Organizações Sociais do Município de Tauá**, nessa ocasião, questionou
78 sobre o por quê de tanta burocracia e por que a CAIXA não simplificava aquele processo,
79 exemplificou dizendo que havia 8 (oito) meses que tentava dar entrada em um projeto na
80 CAIXA e que, a cada ida àquela instituição, eram solicitados mais documentos. Em razão
81 disso, corroborava a demanda feita, anteriormente, pelo Sr. José Ivan. Já o **Sr. José Airton**
82 **Silva, conselheiro suplente, representante da FAITA**, manifestou-se em relação a DAP-
83 Delacração de Aptidão ao Pronaf, afirmando que tinha validade de seis anos.
84 Argumentando que o MDA emitiu Portaria em 2013, onde a validade da DAP do Garantia
85 Safra era de 3(três) anos e, também, que as instituições emissoras desse documento não
86 podiam emití-lo se o requisitante já tivesse outro com validade ativa, questionou se a
87 validade da DAP seria a de seis anos. Finalmente, a da **Sra. Gorete Fernandes, da**
88 **CONAM**, perguntou se era possível haver na CAIXA, nos casos de terreno social, um
89 ponto de controle para o PNHR, ou seja, um dia que a CAIXA marcaria para que todos
90 viessem para tirar suas dúvidas e para que se trabalhasse e ajudasse o povo do interior na
91 questão dos PTTS - Projetos de Trabalho Técnico Social, de grande complexidade para eles.
92 Relativamente a DAP, o representante da CAIXA sugeriu que o próprio ConCidades
93 encaminhasse demanda ao Ministério das Cidades, no sentido de que fosse alterado o prazo
94 de validade ou facilitada a emissão de nova DAP, nos casos de habitação rural, para os
95 requisitantes que já dispunham de outra, ainda não vencida. Relativamente aos PTTS,
96 esclareceu que a CAIXA, internamente, já havia promovido algumas mudanças estruturais
97 no sentido de melhor atender essa vertente de projetos e que havia pouquíssimas empresas
98 credenciadas no Estado para analisar esse tipo de projetos. Finalizando esse tópico da pauta,
99 o **Sr. Mário Fracalossi, Vice-Presidente do Concidades**, usou da palavra para,
100 primeiramente, agradecer a participação da CAIXA e, lembrando que a mesma fazia parte
101 do ConCidades, sugerir e colocar à apreciação de todos a proposta de que nas reuniões do
102 ConCidades se mantivesse um item de pauta fixo, que seria a apresentação do levantamento
103 da situação dos projetos que estivessem protocolados nos vários agentes, acrescentando que
104 o Comitê de Habitação poderia ficar com essa responsabilidade. Dessa forma, continuou,
105 no *site* da Secretaria das Cidades, na aba da Habitação, seria publicada a situação das
106 contratações, tanto o que tinha sido contratado, como o que tinha sido entregue, e essas
107 informações, mais atualizadas, seriam socializadas com todos nas reuniões do Conselho. A
108 essa altura, o **Sr. Flávio Jucá, coordenador do Comitê de Habitação**, interveio para
109 esclarecer que o Estado tem pleno controle daquilo em que está envolvido, principalmente
110 nas ações em que fez aporte de recursos, e para pontuar que o Programa MCMV é algo bem
111 maior; que há dois bancos que fazem as contratações e lidam com essas informações; e que a
112 consolidação desses dados não é tarefa fácil, mas que a secretaria estava trabalhando junto
113 aos bancos para consolidá-los o mais breve possível e disponibilizá-los a todos, de forma
114 mais segura. Evidenciou, contudo, que eventualmente as informações poderiam não estar
115 totalmente atualizadas, em razão da dependência de seu repasse pelas instituições
116 financeiras. Concluindo, o Sr. Mário Fracalossi acrescentou que, de todo modo, a



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

117 informação disponível seria divulgada. Não havendo qualquer manifestação de oposição à
118 proposta apresentada pelo Sr. Mário Fracalossi, a mesma foi considerada aprovada. Ainda
119 em relação à apresentação do PNRH, o **Sr. José Airton, da FAITA**, pediu, a título de
120 encaminhamento, que fosse dirigido ofício ao Ministério das Cidades, sugerindo a alteração
121 do prazo de validade da DAP ou que a mesma valesse enquanto estivesse ativa. Registrado o
122 encaminhamento, avançou-se para a eleição da entidade do segmento Movimentos Sociais e
123 Populares, para ocupar a vaga de suplente, no segmento Movimentos Sociais e Populares,
124 do ConCidades. Inicialmente, o **Vice-Presidente do ConCidades, Sr. Mário Fracalossi**,
125 solicitou às três entidades que se apresentassem. Ao final da apresentação, convocou os
126 conselheiros presentes a optarem pelo regime de votação que seria utilizado, se voto aberto
127 ou voto secreto, tendo prevalecido, após a manifestação de todos os conselheiros, o voto
128 aberto. Nesse momento, interveio a **Sra. Ana Virgínia Carmo, conselheira titular,**
129 **representante do MLB**, para sugerir que cada uma das três entidades tivesse oportunidade
130 de defender sua participação, como suplente, naquele ConCidades. Acatada referida
131 sugestão, foi acordado entre os presentes que cada uma delas teria dois minutos para realizar
132 sua defesa. A primeira entidade a defender sua candidatura à vaga foi a Associação Sindical
133 dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar, de Santa Teresa, Tauá/CE, que
134 o fez na pessoa da **Sra. Maria Saleth Lacerda Bonfim**; seguida do **Sr. Raimundo Ferreira**
135 **Marques**, que defendeu a participação da Associação Municipal das Pessoas com
136 Deficiência, de Pedra Branca/CE, como entidade suplente, no ConCidades; seguido, por
137 fim, da **Sra. Maria Gorete Fernandes**, representando a Coordenação Estadual da
138 CONAM, que também se habilitara para concorrer à vaga pretendida. Encerradas as
139 defesas, deu-se início ao processo de votação, em si. Cada um dos conselheiros titulares
140 presentes, assim como os conselheiros suplentes, representando os seus respectivos titulares
141 ausentes, devidamente identificados, um a um, manifestaram abertamente seus votos, tendo,
142 ao final, sido eleita com 12(doze) votos, para ocupar a vaga de suplente, no segmento
143 Movimentos Sociais e Populares, do Conselho Estadual das Cidades do Ceará, a
144 Coordenação Estadual da CONAM, na pessoa de sua representante, Sra. Maria Gorete
145 Fernandes, tendo as demais concorrentes, Associação Municipal das Pessoas com
146 Deficiência, de Pedra Branca/CE, e Associação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras
147 da Agricultura Familiar, de Santa Teresa, Tauá/CE, obtido 08(oito) e 02(dois) votos,
148 respectivamente. Concluído esse tópico, o Sr. Mário Fracalossi passou ao último ponto da
149 pauta do encontro, ou seja, "Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região
150 Metropolitana do Cariri - FDMC; e Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana
151 de Fortaleza - FDM", esclarecendo que seriam apresentadas, em seguida, pela **Sra. Carolina**
152 **Rocha, Coordenadora da CODUT/SCidades**, as motivações que haviam levado a
153 Secretaria das Cidades a solicitar a extinção do FDMC e FDM, como forma de melhor
154 subsidiar os conselheiros, na direção de deliberarem sobre a extinção daqueles fundos. Após
155 a apresentação, a palavra foi franqueada para manifestações, tendo primeiramente o **Sr.**
156 **Carlos Alberto Félix Nogueira Lima, conselheiro titular, representante da Federação**



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

157 das Organizações Comunitárias e de Pequenos Produtores do Ceará – FECOMP, que
158 registrou a importância de se estar debatendo o assunto e pediu alguns esclarecimentos
159 adicionais sobre o que fora apresentado, seguido do Sr. Antônio Luciano de Lima
160 Guimarães, conselheiro suplente, representante do Conselho de Arquitetura e
161 Urbanismo do Ceará - CAU, que após fazer um breve histórico do Conselho Deliberativo
162 da Região Metropolitana de Fortaleza – CDM, defendeu, veementemente, a manutenção do
163 CDM, afirmando que era uma necessidade manter aquele instrumento e colocá-lo para
164 funcionar, que o CAU se posicionava contrariamente à extinção do Conselho, sem que
165 fosse feita, ao menos, uma tentativa naquele sentido. A Sra. Lia Parente, conselheira
166 titular, representante da Prefeitura Municipal de Fortaleza, também se manifestou
167 contrária a extinção dos fundos. Sobre as colocações feitas pelo Sr. Luciano, o Vice-
168 Presidente do ConCidades, Sr. Mário Fracalossi, fez apenas uma ressalva, de que ali se
169 estava tratando da extinção do Fundo e não do Conselho. Acrescentou que a Secretaria das
170 Cidades era gestora do Fundo e que poderia, de forma unilateral, extingui-lo, diante da
171 cobrança feita pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, de que, se o fundo não estava
172 sendo operacionalizado, fosse extinto ou, então, que se passasse a operacionalizá-lo.
173 Acrescentou o Sr. Mário que considerava louvável se houvesse uma rearticulação dos
174 membros do Conselho, no sentido de resgatá-lo, reestruturá-lo e retomar as discussões,
175 colocando-o, assim, para funcionar, mas que o Fundo era uma consequência, ou seja, se não
176 havia reunião do Conselho, por que razão deveria existir o Fundo? Em seguida, pediu a
177 palavra a Sra. Firmiana Santos Fonseca Siebra, conselheira titular, representante da
178 Universidade Regional do Cariri – URCA, para dizer que achava extremamente
179 pertinente a discussão, embora não no foco principal da extinção, mas no por que se
180 colocava a extinção. Nesse sentido, ressaltou que, para ela, o foco maior da discussão era o
181 ter que haver uma proposta de extinção de um fundo, porque o conselho nunca chegara a
182 existir de fato. Acrescentou, contudo, que no caso do Cariri, isso não impedira a aplicação
183 de recursos naquela região, materializados em obras como o Hospital Regional do Cariri e
184 o Centro de Convenções, entre outros, mas que lamentava que o fundo, considerado um
185 atrativo, fosse extinto. Lamentava, ainda, que posteriormente fosse necessário retomar a
186 discussão para novamente criar um fundo. Finalizou, dizendo que, embora entendesse a
187 condição do TCE e a situação da própria Secretaria das Cidades, ela, enquanto membro
188 daquela região metropolitana, lamentava que tivesse chegado aquele momento. Em seguida,
189 o Sr. José Airton (FAITA) interveio para colocar que considerava o gargalo da situação, o
190 fato de o Estado prestar contas de algo que não existia, mas que estava percebendo que a
191 maioria ali presente era de opinião que o a permanência do Fundo era essencial, embora,
192 em quatorze anos, não se lhe tivesse depositado um centavo sequer. Nesse ponto, a Sra.
193 Carolina Rocha interveio para questionar a colocação feita anteriormente, de que o FDM e
194 o FDMC seriam um atrativo, de vez que as prefeituras de cada uma das regiões
195 metropolitanas é que tinham que aportar recursos neles e não o faziam. O Sr. José Airton,
196 retomando a palavra, sugeriu que, se a legislação assim o permitisse, alguém viesse a ser o



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

197 gestor do fundo. Falou, ainda, de outro ator que poderia ser chamado a participar desse
198 processo, que seria a Assembleia Legislativa. Neste sentido, informou que existia uma
199 proposta de Lei tramitando naquele momento na Assembleia para ampliação da Região
200 Metropolitana de Fortaleza, sem que tenha havido qualquer discussão prévia com os
201 municípios. Nem o prefeito tinha conhecimento e nada havia sido discutido com a base.
202 Assim, propunha que a Assembleia Legislativa fosse convidada para discutir sobre aquele
203 tema. Finalmente, voltando ao cerne da questão do Fundo, o Sr. José Airton disse que não
204 o considerava um atrativo, pois se assim o fosse, as prefeituras estariam aportando recursos
205 ao mesmo. Na sequência, usou da palavra o **Sr. Carlos Josué de Assis, conselheiro titular,**
206 **representante da AGB,** para dizer que o que ficara claro, ali naquele Conselho das
207 Cidades, era a necessidade de que debatessem, naquele fórum, a região metropolitana, e que
208 fazia essa colocação em forma de sugestão, para que viesse a ser ponto de pauta nas
209 próximas reuniões do ConCidades. Em seguida, pediu a palavra o **Sr. Luciano Guimarães,**
210 para defender a manutenção daqueles instrumentos, cuja utilização concorreria para a
211 transformação da cultura de planejamento e gestão municipal no Estado do Ceará.
212 Concluiu, dizendo que deixava registrado aquele posicionamento como a declaração de
213 voto do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Não havendo mais manifestações, o Vice-
214 Presidente do ConCidades, Sr. Mário Fracalossi, comunicou que, lamentavelmente, a
215 Secretaria Executiva do ConCidades acabara de informá-lo de que não havia mais quorum
216 para se realizar a votação. Em razão disso, aquele tópico seria transferido para a próxima
217 reunião e seria o primeiro ponto de pauta a ser tratado. Esclareceu que o material
218 apresentado ficaria disponível no site da Secretaria e concluiu pedindo que, até lá,
219 procurassem dirimir alguma dúvida remanescente em relação ao tema, para, na próxima
220 reunião, poderem votar o encaminhamento daquela matéria. Nada mais havendo a tratar, a
221 reunião foi dada por encerrada pelo Vice-Presidente do ConCidades, Sr. Mário Fracalossi
222 Júnior.



Mário Fracalossi Júnior
Secretário Adjunto das Cidades
Vice-Presidente do ConCidades